



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 538 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, Inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)			R\$ mil
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	730.093,65	11.910,35	742.004,00	
Pessoal Ativo	497.123,50	6.987,71	504.111,21	
Pessoal Inativo e Pensionistas	232.970,15	4.922,64	237.892,79	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	192.188,41	8.507,04	200.695,45	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	425,00	0,00	425,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	3.733,16	8.507,04	12.240,20	
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	188.030,25	0,00	188.030,25	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	537.905,24	3.403,31	541.308,55	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00	
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,086001%	0,000544%	0,086545%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%			1.399.839,28
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%			1.329.847,31
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%			1.259.855,35

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Conforme recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU, de 12/04/2012 e orientação do Ofício-Circular Conjunto nº 15/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02/07/2012, não foram computados os benefícios não previdenciários de auxílio-natalidade e auxílio-funeral.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO
Diretor-Geral

ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ÂNGELA MERCE TEIXEIRA NEVES
Secretária de Controle Interno